

CAIO PRADO JR. E OLIVEIRA VIANNA: INTERPRETAÇÕES DO BRASIL E PROJETOS POLÍTICOS PARA A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

Fábio Tadeu Vighy Hanna*

RESUMO: O vigoroso (re)aparecimento dos intelectuais conhecidos como *Intérpretes do Brasil*, entre os anos de 1920/30, é a reafirmação da “tradição” intelectual nacionalista brasileira que vem do XIX de, em momentos de rupturas e transformações na sociedade brasileira, explicar e inventar o Brasil, ao mesmo tempo em que faz propostas para a sua modernização. Neste artigo serão visitados dois deles que atuaram em lados opostos no campo intelectual e político: Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna. Aqui serão discutidas a relação entre o aparecimento de ambos no cenário político-cultural e a conjuntura dos anos de 1920/40 e alguns aspectos importantes de suas obras que permitem, igualmente, perceber as questões político-sociais mais urgentes nos anos de 1920/40.

PALAVRAS-CHAVE: interpretações históricas e projetos políticos, tradição intelectual, idéias políticas (anos 1920/40), modernização, nação e nacionalismo.

CAIO PRADO JR. AND OLIVEIRA VIANNA: INTERPRETATIONS ON BRAZIL AND POLITICS PROJECTS FOR BRAZILIAN'S MODERNIZATION

ABSTRACT: The vigorous (re) appearance of the intellectuals known as *Intérpretes do Brasil* (Brazil's Interpreters), between the 1920s and the 1930s, is the reassurance of the Brazilian nationalist intellectual tradition, that comes from the 19 century, in explain and create this country in moments of ruptures and changes in the Brazilian society, as making purposes to its modernization. In this article two of these intellectuals, who acted in opposite sides in the intellectual and political field, will be discussed: Caio Prado Jr. and Oliveira Vianna. It will be put into discussion here the relationship between the appearance of both in the political-cultural event the conjuncture of

INTRODUÇÃO

Os dois *Intérpretes do Brasil* que aqui mais nos interessam - Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna - estiveram juntos, até hoje, em poucas páginas em que a historiografia brasileira do século XX foi discutida. Na maioria delas enfatiza-se o caráter moderno do primeiro e o arcaico do segundo. Os mais reconhecidos estudiosos que assim procedem são Fernando Novais (1986: 24), Carlos Guilherme Mota (1977: 28), Dante Moreira Leite (1969: 316) e Antonio Candido (1992: 11). Em outras poucas páginas são levantadas algumas semelhanças e diferenças entre suas interpretações sobre a história do Brasil (Wehling, 1993: 73) ou a influência que Oliveira Vianna exerce não só em Caio Prado como em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Nelson Werneck, Raimundo Faoro e outros (Carvalho: 1993: 15).

Otávio Ianni (1993: 431), ao contrário dos referidos estudiosos, realça o pertencimento de Caio Prado e Oliveira Vianna a um mesmo “campo” intelectual que se formou depois da Independência. Trata-se de um “campo” no pensamento social brasileiro – quer dizer, uma “tradição” que agrupa os principais nomes do pensamento histórico/sociológico brasileiros - nitidamente marcado por uma preocupação política (nacionalista) pautada principalmente pela discussão da questão nacional e da modernização brasileira, embora cada autor trate à sua maneira os problemas nacionais.

Essa inquietação essencial [modernizar o Brasil] aparece de modo particularmente nítido nos debates e nas produções originais que caracterizam o pensamento brasileiro. Não só no século XX, mas desde a Independência. Em várias épocas, em especial nas conjunturas críticas, verificam-se novas propostas, manifestam-se projetos e utopias, expressando a luta pela superação dos impasses, atrasos, distorções, arcaísmos, nacionalismos, populismos (Ianni, 1993: 431).

Desta maneira, uma compreensão satisfatória de Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna exige, sem dúvida, o imbricamento de questões historiográficas e políticas. Sem o entendimento do universo político-cultural dos anos 1920/40, ao qual se lançaram nossos autores em destaque, não é possível compreender o aspecto mais importante dos *Intérpretes do Brasil* que é o uso do conhecimento histórico-sociológico com um fim

*Doutorando em História - UNESP/Assis

bastante específico, qual seja, intervir no processo de modernização brasileira que, se não nos preocuparmos em delimitar uma data específica, diríamos que acompanha nossa elite intelectual desde momentos posteriores e próximos à nossa emancipação política até pelo menos a década de 1960. Antes, entretanto, de discutir o aparecimento e a atuação de

Cultura e política: elite intelectual brasileira do XIX e do XX na formação do Estado e da nação brasileira

A efetivação da autonomia política brasileira a partir de 1822 impôs à jovem nação se não a eliminação das estruturas social, política, econômica e cultural herdadas da Colônia ao menos redirecioná-las, dar-lhes novos conteúdos e formas, que possibilitassem a consolidação do Estado nacional e da nação como um todo. Neste processo civilizatório, “em que cultura e política convergem, dando início à formação do Estado nacional brasileiro” (Madeira, Veloso, 1999: 59), é que se forma a tradição intelectual nacionalista que Caio Prado e Oliveira Vianna pertencem.

Nesse primeiro momento, surge no Brasil uma camada intelectual que, apesar de reduzida e rarefeita, será a responsável pela formulação dos princípios políticos e pela organização dos procedimentos burocráticos para o funcionamento do Estado. Muitos desses atores sociais envolveram-se também com manifestações estéticas, sobretudo literárias, do Brasil da época: José de Alencar, Araújo Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães, Francisco Adolfo de Varnhagen, para citar apenas alguns autores que mais se destacaram na tarefa (Ibid: 71).

Como se vê, o aparecimento dessa categoria específica de intelectuais está muito mais subordinado à conjuntura política do que propriamente a questões culturais. A atividade cultural, neste momento, passa a ser, para a elite intelectual, um meio de intervir na política. Ela não está, desta forma, dotada de um fim em si mesma. A função e atuação dos intelectuais ultrapassam, desta maneira, o campo estritamente intelectual e adentram o do político. São, portanto, frutos de uma necessidade objetiva, concreta, a saber, a de se criar imagens do Brasil que permitam a disseminação da consciência nacional e de se racionalizar a atuação e a formação do Estado nacional, buscando, em última instância, a criação da nação brasileira.

Assim, em todos os outros momentos históricos em que os grandes explicadores do Brasil têm presença marcante no cenário cultural e político o que os caracteriza é justamente uma conjuntura crítica, aberta a mudanças e rupturas estruturais, que necessitam, por isso, de um encaminhamento racional e objetivo. Esta tarefa caberá, portanto, à elite intelectual. Octavio Ianni (1992: 8) aponta dois períodos, além da Independência, em que o “[...] Brasil foi pensado de modo particularmente abrangente”: na Abolição e proclamação da República, e na Revolução de 30.

Na passagem do Império para a República, o debate sobre “questões sociais” como a forma de governo mais adequada para o país (monarquia ou república) e o abolicionismo estava colocado pelo menos duas décadas antes dos acontecimentos posteriormente ditos. Circulavam também

entre os intelectuais as idéias positivistas e evolucionistas, principalmente na Escola de Direito do Recife, na Escola Politécnica e na Academia Militar do Rio de Janeiro e na Escola de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Neste caldeirão de efervescência política e cultural – e a partir dele – é que atuam personagens como Joaquim Nabuco, Clóvis Beviláqua, Rui Barbosa, Machado de Assis, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Tobias Barreto e outros.

Especialmente no final do século, a República e a Abolição da escravatura colocaram desafios ao reordenamento político e social [...] Mais do que nunca a literatura torna-se instrumento de ação política, o meio de difundir os ideais laicos, progressistas e liberais, função social que exerce abertamente, rompendo com o que restava de Romantismo subjetivista, lírico e idealizado, que deveria ser substituído pela retórica da ciência, ou pela dos salões literários e políticos (Madeira, Veloso, 1999: 77).

Mais uma vez o movimento concomitante entre renovação política e cultural, com finalidade última criar a nação brasileira, está presente na elite intelectual. Este ideal não deixará de existir no início do XX, marcado, mais uma vez, pela discussão da questão nacional.

Alberto Torres, Olavo Bilac, Monteiro Lobato são alguns dos intelectuais emblemáticos que desde os anos 10 (após a Primeira Guerra) denunciam o Brasil arcaico, atrasado, comandado por uma política incompetente e que comandam renovações, reformas para a sociedade brasileira (Oliveira, 1997: 189).

É neste campo intelectual que desponta a partir da Independência e atravessa as primeiras décadas do XX que Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna devem ser incluídos. Suas obras – como suas atividades políticas – são os meios de intervir no processo de transformação da sociedade brasileira que se acentua a partir do início dos anos 1920. Embora se encontrem em campos opostos na política e na análise político-social brasileira, o objetivo é o mesmo: modernizar o Brasil, torná-lo uma nação de fato. Isto significa, ainda, dizer que não havia concordância nem quanto ao que deveria ser superado nem como fazer do Brasil uma nação moderna. Suas leituras (ou explicações ou interpretações) sobre o Brasil são, por isso, diversas: privilegiam temáticas diferentes, ideais políticos distintos, defendem determinadas classes sociais, etc.

A elite intelectual e o nacionalismo brasileiro no XIX e no XX

A intervenção da intelectualidade brasileira, objetivando a formação da nação, representa uma atitude nacionalista uma vez que, como nos diz Hobsbawm (1993: 12), a nação é o resultado do nacionalismo e do Estado nacional, e não o contrário. Com isto podemos entender porque esta camada de intelectuais está presente nas duas frentes de formação da nação brasileira, ou seja, intervém tanto criando imagens e símbolos do Brasil (nacionalismo cultural) quanto na política e/ou nos quadros burocráticos do Estado (nacio-

nalismo político).

Embora a função da ideologia nacionalista seja basicamente uma só, a saber, “[...] definir os traços específicos de um povo e suas diferenças frente aos demais” (Oliveira, 1990: 188), ela, por ser uma formulação histórica, sofre alterações ao longo dos tempos, tanto em seu conteúdo como em sua configuração. Aqui trataremos rapidamente, é verdade, dos vários nacionalismos que surgiram nos três momentos em que os *Intérpretes do Brasil* atuaram com mais intensidade: Independência, Abolição e proclamação da República e Revolução de 30.

O Brasil à época da Independência – e por muitas décadas mais – era, na verdade, um aglomerado de capitânias. Entre elas pouco havia de “trocas” culturais e políticas. O que predominava, basicamente, era o isolamento, quebrado, quase sempre, apenas pela relação direta delas com a metrópole. Para uma nação que acabava de surgir isto – o localismo e o regionalismo – representava o perigo da fragmentação do território nacional.

A fase de transição entre a abdicação do primeiro imperador e a maioria do segundo é das mais difíceis que o Brasil atravessa. Nuca esteve, como nesses anos, em perigo a unidade brasileira – esta milagrosa unidade que atravessa quatro séculos, através dos choques mais terríveis e se mantém através dos contrastes mais notáveis (Sodré, 1998: 21).

Desta maneira, durante a Regência, o Brasil foi sacudido por revoluções de cunho separatista que demonstram a solidez dos interesses locais e regionais em detrimento do nacional. Situação ambígua porque ao mesmo tempo em que se pretende apagar os vínculos com Portugal e privilegiar a autonomia local, em oposição ao nacional, agem, também, para a legitimação do nacional.

Esse movimento reforçou em nossos literatos, artistas e homens públicos, a preocupação nacionalista que se traduziu na busca de imagens e símbolos capazes de gerar o sentido de pertencimento que define a própria idéia de nação como ‘comunidade imaginada’ (Madeira, Veloso, 1999: 72).

Com efeito, é no Romantismo francês que os literatos brasileiros que atuaram nas décadas subseqüentes à Independência se inspiraram para a formulação do ideal patriótico e nativista. Desta idealização surge a figura mitificada do índio e a natureza, “[...] por sua grandeza e exuberância, tornou-se o lócus ideal, o motivo privilegiado da construção da identidade nacional naquele momento” (Ibid: 73). Vale ressaltar, ainda, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, com a função não só de criar uma história nacional, em detrimento da regional, como de coletar os documentos sobre a história Brasil que estavam dispersos.

Na esteira do desgaste da instituição imperial e do ideal romântico, o nacionalismo brasileiro formulado a partir da geração de 1870 volta a se debater com a questão nacional. O destino do país, igualmente, é um tema entre a intelectualidade do período. A proclamação da República impõe, assim, duas visões opostas sobre a suposta identidade nacional. A primeira que vê como positiva a herança portuguesa e católica,

defendendo, por isso, a volta da monarquia. A segunda que entende o passado colonial e imperial como o responsável pelo atraso brasileiro. Desta maneira, para os partidários da tradição portuguesa “[...] a nacionalidade simbolizava a defesa e valorização do singular” (Oliveira, 1990: 190). Para os republicanos a “[...] nacionalidade seria [...] o resultado da construção de uma nova sociedade rompida com o passado luso e integrada ao mundo americano” (Ibid: 190).

Sendo a República um fato consumado no início do XX, a ideologia nacionalista que prevalece é a disposta a acabar com os vínculos com o passado colonial e imperial, sinônimos, àquela altura, de atraso e imobilismo. Começa, assim, uma verdadeira cruzada civilizatória em que são eleitas, principalmente, a saúde e a educação como os pilares do projeto modernizador. Teremos entre os que se preocupam com estas questões Olavo Bilac (educação) e Monteiro Lobato (saúde). Um paradoxo, entretanto, atormentava os nacionalistas adeptos do determinismo racista: seríamos algum dia civilizados tendo grande parcela da sociedade negros e mestiços, já que o civilizador por excelência é o branco europeu? A primeira Grande Guerra deu a resposta.

A Primeira Guerra Mundial trouxe a questão nacional à ordem do dia, transformando o significado anterior do nacionalismo [...] Este novo nacionalismo envolveu a busca de uma nova identidade e teve como parâmetro a recusa de modelos biológicos que embasavam o pensamento racista. Se é verdade que o ufanismo não fazia uso da ciência racista, não é menos verdade que a elite cientificista tomava as raças e a miscigenação como limites básicos para a atualização do Brasil e sua adequação aos padrões do mundo civilizado (Ibid: 145).

Desta maneira, este acontecimento abre caminho para que o nacionalismo brasileiro abandone a idéia de que a miscigenação é a responsável pela desgraça brasileira. Com o Modernismo da década de 20, a noção de raça é substituída pela de cultura, a miscigenação passa a ser valorizada e o povo brasileiro, antes visto como entrave à modernização do país, agora é o detentor da “alma nacional”. Essa mudança de paradigma permite que o nacionalismo produza as novas imagens do Brasil, tanto no campo estético quanto no pensamento social.

Quanto ao nacionalismo político-econômico brasileiro, a diversidade de conteúdos e linhas, por exemplo, não é menor de que a do cultural. Basta pensarmos que ele consegue agregar desde Roberto Simonsen, Alberto Torres, Oliveira Vianna a Celso Furtado e Caio Prado Jr. Em 1958, no livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, Hélio Jaguaribe sintetiza esta situação:

São nacionalistas, no Brasil, correntes de extrema direita, ligadas, no passado, aos movimentos de propensão fascista, e correntes de extrema esquerda, como o Partido Comunista. São nacionalistas os defensores da socialização dos meios de produção e os partidários da iniciativa privada (1958: 12).

O nacionalismo de Oliveira Vianna, como nos diz Jarbas Medeiros (1978:159), reside na questão da unidade nacional, “compreendida aqui em sua dimensão territorial, política, social e econômica – a partir da qual deve ser en-

tendido o seu nacionalismo”. Para alcançar tal objetivo (a unidade nacional), Oliveira Vianna defende a intervenção estatal, ou melhor, para ele, cabe ao Estado a direção da sociedade brasileira.

Enquanto o nacionalismo defendido por Oliveira Vianna caracteriza-se por uma “ideologia do Estado”, o de Caio Prado Jr. configura-se como um “nacionalismo econômico ou popular”. Trata-se, por isto, de um tipo de nacionalismo, ao contrário dos outros até aqui pontuados, que privilegia o enfrentamento político com os países imperialistas uma vez que pretende a alteração de uma situação real, a saber, a de meros exportadores de produtos tropicais. Propõe para o fim desta situação

uma política econômica que [tem] por objetivo criar uma economia nacional [...] e não mais voltada para o exterior [...] Eram rumos inteiramente novos que se traçava para a economia da nação, visando sua independência econômica, sem a qual a própria independência política não passa de uma ficção (Chaves Neto, 1978: 40-41).

O aparecimento de Oliveira Vianna e Caio Prado no cenário político-cultural dos anos 20/30

O vigoroso (re)ssurgimento da categoria específica de intelectuais denominada *Intérpretes do Brasil*, da qual Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna pertencem, entre os anos de 1920/30, deita raízes na conjuntura político-cultural da qual são coevos. A consciência de ambos sobre o ambiente amplamente propício a transformações, que se configura nos anos 20, os leva para a militância política, seja em partidos políticos, na imprensa ou escrevendo obras históricas.

No polêmico e esclarecedor livro de Sérgio Miceli, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, o autor atribui à crise de hegemonia das oligarquias – principalmente a de São Paulo, na figura do Partido Republicano Paulista (PRP) – o elemento propulsor de expansão do trabalho intelectual no início do XX. A pulverização do poder oligárquico permite, desta maneira, a “livre” circulação de outras doutrinas políticas, a constituição de partidos, facções e agremiações que necessitam de intelectuais para a legitimação de seus propósitos. Ao mesmo tempo, e com o mesmo objetivo, as publicações se diversificam (além do *O Estado de São Paulo*, o grupo Estado lança o *Estadinho* em 1915, e em 1916, surge a *Revista do Brasil*) e as instituições culturais se ampliam, abrindo mais campo para a ação da intelectualidade do período. Desta maneira, os intelectuais oriundos da própria oligarquia em conflito é que atuam nestes novos espaços culturais e políticos.

Caio Prado Jr., “[...] membro de um dos mais nítidos setores da elite aristocratizante da burguesia paulista (o clã Silva Prado)” (Iglesias, 1982: 15), e Oliveira Vianna, filho de grande fazendeiro em decadência material (Miceli, 1979: 167), têm várias aproximações que escapam à vontade de cada um. São ditadas, podemos dizer, pelo pertencimento de ambos à oligarquia brasileira. As opções pessoais, ao contrário, levam cada um deles para lados opostos enquanto intelectuais e políticos, principalmente após a Revolução de 30. Isto porque nos anos de 1920, embora já guardassem suas diferenças, Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna estavam envolvidos, na verdade, na disputa política em que se debatiam as oligarquias.

O engajamento político de Caio Prado Jr. na década

de 20 está intimamente ligado à sua passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo. Estudou nesta instituição de 1924 a 1928, tornando-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Responsável pela formação de grande parte da elite dirigente da oligarquia brasileira, esta Faculdade estava marcada, nos anos 20, pelo

[...] debate sobre as idéias e os problemas da política nacional, o estudo do passado, das novas idéias de organização social, como fascismo e comunismo, e o ardor nacionalista modelou corações e mentes de jovens estudantes [...] Iniciou, ali, sua preparação crítica no ensaísmo político, pontuado por idealismo e nacionalismo, que frutificou na década seguinte (Martinez, 1998: 27).

Em 1927 Caio Prado publica o artigo *A crise da democracia brasileira*, em que discute temas como o ideário liberal, reformismo, moralismo, pacifismo político e evolucionismo (Ibid: 64). No mesmo ano de sua formatura em Direito (1928) Prado Jr. passa a militar nas fileiras do Partido Democrático que, a partir de 1929, adere à Aliança Liberal. Seu entusiasmo com esse ideário era tão grande que, em 1929, vai preso por manifestar publicamente seu apreço ao então candidato à presidente Getúlio Vargas. Na Revolução de 30 é deste lado do jogo político que Caio Prado se encontra.

Oliveira Vianna, formado em Direito em 1905, antes dos anos 20 se torna professor da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Por essa época colabora em jornais cariocas e na *Revista do Brasil*. Em alguns artigos publicados nesta revista o estado de São Paulo é enaltecido por ter uma gente nobre e forte, que deveria, portanto, conduzir a nação. Em outros artigos a discussão gira em torno de raça, miscigenação e variados temas relacionados às idéias sobre raça e meio, sendo que, vários deles, compõem o livro *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920 pela editora de Monteiro Lobato.

Nos agitados anos 20 Oliveira Vianna posiciona-se contrário aos levantes militares, ou melhor, ele foi um homem avesso às revoluções. Queria que as transformações ocorressem dentro da lei, de forma pacífica, conciliatória. À essa época suas idéias sobre a organização social – principalmente das classes produtoras – estavam pautadas pela convicção de que caberia ao Estado gerenciar os conflitos entre patrões e empregados (Araújo, 1994: 44). Em 1926 assume o cargo de Diretor do Instituto de Fomento Agrícola do Rio de Janeiro, seu primeiro cargo público.

Na Revolução de 30 – e após ela – Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna têm atuações distintas, ou melhor, somente Caio Prado participa do movimento. Oliveira Vianna, ao contrário, “acompanhou de longe e discretamente” (Medeiros, 1978: 156). O importante, entretanto, é a inversão de papéis após a Revolução. Caio Prado Jr. deixa de colaborar com os vitoriosos e vai para a oposição. Oliveira Vianna abandona sua posição de espectador, tornando-se não só simpatizante como passa a cooperar no governo de Vargas.

Caio Prado Jr., desiludido com as disputas entre os vitoriosos da Revolução (políticos tradicionais e a vanguarda dos tenentes) e a falta de um programa político (Iglesias, 1982: 15), se afasta do liberalismo. Em 1931 filia-se ao Partido Comunista, significando, como ressalta o mesmo autor, uma “ruptura de classe” (Ibid: 15) que permite a “[...] junção

existencial de teoria e prática, com que raras vezes nos deparamos” (Novais, 1986: 12).

Entretanto, Caio Prado encontra o PCB, à época de sua filiação, muito marcado por um clima de desconfiança por quem não fosse de origem proletária. Esta política, conhecida como “obreirismo”, acaba dificultando seu trânsito e boa aceitação dentro do partido, não só pela sua condição de intelectual como também por sua origem de classe (Martinez, 1998: 76-77). Em 1933 – ano de lançamento do ensaio *Evolução Política do Brasil* – Caio Prado deixa o Partido Comunista. Volta à cena política em 1935, desta vez como presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) – seção São Paulo.

Oliveira Vianna, como foi dito, não participou do movimento de 1930. Ficou à espreita dos acontecimentos. Em 1932 – ano, como o anterior, marcado por centenas de greves – Vianna começa a trabalhar como técnico no Ministério do Trabalho, onde permanece até 1940. Põe em prática, desta forma, suas idéias sobre a organização das classes econômicas – patrões e empregados – sob a égide do Estado. Começa, assim, sua cruzada contra o “sindicalismo político” e autônomo das décadas anteriores e a montagem do sindicalismo corporativista. Desta maneira, Oliveira Vianna vai cooperar em uma das áreas centrais do projeto político de Getúlio Vargas.

Com efeito, a compreensão do aparecimento de Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna como intelectuais (políticos) – e dos *Intérpretes* em geral -, no período de 1920/30, deve passar indiscutivelmente pela discussão sobre a conjuntura política desse período. Ambiente marcado por disputas entre nacionalistas, liberais, comunistas, anarquistas, autoritários, industriais, agro-exportadores, tenentistas, católicos, positivistas, operários, setores médios, enfim, na luta que arregimentava quase todos os setores da sociedade e as mais diversas correntes político-ideológicas em busca do poder decisório que orientaria e promoveria as desejadas alterações estruturais (mentais, sociais, econômicas, culturais e políticas) na sociedade brasileira é que o Brasil é novamente pensado de forma abrangente pela elite intelectual. O que era atrasado, arcaico - impedindo o Brasil de ser moderno - passa a ser exorcizado, colocado em baixo do tapete. Emergem, portanto, em detrimento da raça e do meio, as noções de cultura e civilização. O popular passa a ser a medida das coisas e a mestiçagem perde seu estigma, ganhando ares de positividade. O sonho de um Brasil moderno ganha novo conteúdo, embora com os “mesmos” construtores: a elite intelectual brasileira.

A experiência individual de Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna e a conjuntura político-social dos anos 20/40 determinando suas Leituras do Brasil

A literatura produzida por Oliveira Vianna e Caio Prado Jr. é vasta e diversificada. Este produziu obras que contemplam a história, a geografia, a sociologia política, a filosofia e a economia. Aquele a sociologia política, a história, a psicologia social, a antropologia, o direito e a economia. Aqui ficaremos restritos a dois livros de cada autor, quais sejam, *Populações Meridionais do Brasil* (1920) e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), de Oliveira Vianna, e *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* (1942), de Caio Prado Jr.

Embora essas obras tenham sido escritas em momentos bastante distintos, é fato que os dois autores sempre tiveram coerência em suas temáticas, ou seja, o conjunto de suas obras é marcado pela repetição tanto das temáticas

e categorias quanto das conclusões. Isto não significa, entretanto, que não haja complementações entre uma e outra obra, pequenos ajustes, maior atenção a um ou outro tema ou categoria. Isto, aliás, é uma necessidade para quem discute o passado à luz do presente com projeções para o futuro. Assim, conforme a dinâmica da realidade produz novos desafios ao projeto modernizador da sociedade brasileira, eles passam a ser incorporados e discutidos em uma perspectiva histórica. As variações das problemáticas estão, desta forma, subordinadas à conjuntura político-econômico-social que as engendra e ao projeto político e às experiências pessoais de cada autor.

Jarbas Medeiros (1978: 159), no livro *Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1945*, diz que os escritos de Oliveira Vianna apresentam três preocupações centrais: unidade nacional, modernização institucional e conciliação entre as classes. Ainda conforme Medeiros, as obras de Vianna contém sempre “[...] um só bloco de idéias, cimentado no decurso dos anos 10 de nosso século, do qual Oliveira Vianna foi preso até o fim” (Ibid: 155).

Os escritos de Caio Prado Jr. também possuem a mesma característica. Vários autores, entre eles Fernando Novais, apontam como um dos traços que define os textos caiopradianos a recorrência a um mesmo “eixo básico”:

Há [...] no conjunto e em cada obra, esse núcleo recorrente de concentração, e os desdobramentos que vão se dispersando. Trata-se, desde logo, da perseguição permanente à mesma problemática básica (a identidade nacional, as possibilidades de mudanças inscritas no processo histórico), e de sua retomada de vários ângulos e em várias direções (1986: 14-15).

Assim, o que vamos discutir adiante, em última análise, é a historicidade das obras de Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna, que são, como dissemos, condicionadas pela conjuntura dos anos 20/40 e por suas filiações político-ideológicas. O que significa, portanto, compreender os escritos historiográficos de Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna como sendo, ao mesmo tempo, propostas políticas.

É verdade, entretanto, não ser possível encontrar nas obras de Caio Prado, como nas de Oliveira Vianna, um projeto político esboçado. Enquanto no último existe a sua sistematização, delineando as funções que o Estado deve assumir, qual classe deve dirigir o país etc, no primeiro o seu projeto político está expresso, basicamente, na categoria *sentido da colonização*, que sintetiza não só a definição de colônia e a teoria da história do Brasil como representa a preocupação política fundamental de Caio Prado.

Lançado em 1933, *Evolução Política do Brasil* é considerado o ensaio que inaugura uma nova etapa na historiografia brasileira. Muitas são as razões: pela primeira vez o materialismo é utilizado eficazmente como método de interpretação da história brasileira, as classes sociais passam a ser uma categoria analítica e as revoluções saem das notas de rodapé e passam a figurar no corpo do texto, entre outras.

Certamente esses elementos levam a uma inovação no campo historiográfico. O que não significa, entretanto, dizer que a intenção de Caio Prado fosse justamente esta, ou melhor, a utilização do materialismo como método, as classes sociais como categoria analítica e as revoluções enquanto objetos da história não objetivam motivar o “desenvolvimento” do

conhecimento histórico no Brasil. São, antes, instrumentos do jogo político, refletem a opção ideológica do autor. O ensaio *Evolução Política do Brasil* precisa ser visto, por isto, antes - sem que isto o desmereça em nada - como um instrumento de luta política. Ele é escrito para surtir efeito no presente, estimular a luta entre as classes, propagar a necessidade da revolução.

Tanto é isto que o autor, no prefácio à primeira edição, em 1933, afirma que optou em fazer um simples ensaio e não a História do Brasil pelo fato de que este empreendimento levaria tempo, e “[...] isto o momento não comporta” (Prado Jr., 1980: 1). Diz, ainda, que produzir uma obra histórica abrangente interessaria a poucos. Sua intenção, ao contrário, era produzir um “[...] livro ao alcance de todo mundo[...].” (Ibid: 2). Soma-se a estes elementos na corroboração de que o ensaio *Evolução Política do Brasil* é antes de tudo uma obra histórica feita para ser utilizada como instrumento de luta política o fato de que a maior parte do livro está dedicada à análise do período revolucionário que começa com a chegada da corte portuguesa no Brasil e se encerra com a trajetória reacionária iniciada em 1837 e que se completa em 1848.

Este “bloco histórico”, desenvolvido no capítulo A Revolução, recebe tanta atenção de Caio Prado Jr. justamente por seu potencial revolucionário. Daí a análise que é desenvolvida neste capítulo não ficar restrita apenas ao ocorrido, ao “real”. Há, igualmente, a interpretação do que não aconteceu e o por que dos fracassos das camadas populares e a vitória da elite, seja no momento da independência, seja nas rebeliões populares do período regencial. Mostra, assim, os erros que levaram à quase inalteração das estruturas sociais, políticas e econômicas que vinham do período colonial. Conclui, em última análise, que o ciclo revolucionário aberto em 1808 e encerrado em 1848 não foi aproveitado eficazmente pelas camadas populares.

A intenção última de Caio Prado Jr. ao escrever *Evolução Política do Brasil* é, por conseguinte, orientar as pretensões revolucionárias que alimentavam o PC brasileiro e mundial dos anos 30 uma vez que os acontecimentos de 1929, no âmbito mundial, e dos anos 30 e seguintes, no Brasil, eram encarados como sinais de que a revolução proletária seria possível. Portanto, este ensaio reflete de maneira precisa o momento político do país no início dos anos 30 e a experiência pessoal de Caio Prado nos quadros do PCB, tornando-se, assim, não só um marco de ruptura na historiografia brasileira como um marco na consolidação da ideologia marxista no pensamento social brasileiro.

No livro *Formação do Brasil contemporâneo*, escrito em 1942, Caio Prado é um outro escritor, preocupado não mais com as revoluções em seu sentido tradicional nem com a luta de classes no âmbito propriamente político, como figuravam no ensaio *Evolução*. O que lhe interessa, naquele momento - e esta será, por décadas, sua principal inquietação política -, é discutir a forma de abandonar a situação colonial e consolidar a nacional. É desta preocupação nacionalista básica que deriva a categoria *sentido da colonização*.

Ao definir colônia “[...] a partir do que se considera o caráter fundamental da economia brasileira deste período, qual seja, o de ser uma produção voltada para o mercado externo [...]” (Mendes, 1997: 40) e entender a evolução histórica do Brasil tendo como percurso inevitável a passagem da situação colonial para a nacional, Caio Prado está, na verdade, dando coerência à sua proposta política. Para ele, a solução para o

Brasil está na constituição do mercado interno. Se a situação colonial caracteriza-se pela produção para o mercado externo, a nacional tem como sua especificidade a organização da economia para o atendimento das necessidades da população deste país.

Assim, a categoria *sentido da colonização*, e a conseqüente definição de colônia como produção para o mercado externo, não deriva apenas da utilização da dialética - “[...] da aparência para a essência, e da essência para a realidade [...]” (Novais, 1986: 16) - mas, e principalmente, de sua preocupação política que tem raízes nos anos 30. Mais especificamente após o ano de 1935, quando o autor adere à Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual foi vice-presidente, neste ano, do Diretório Estadual Provisório - seção São Paulo.

Numa série de oito artigos, publicados no jornal paulista *A Platéia* em 1935, Caio Prado Jr. “[...] comenta o Programa da Aliança endossando todas as assertivas [...] fazendo destas o eixo básico de toda sua argumentação futura no que toca à política brasileira” (Pinto, 1993:17). Os dois principais pontos do programa aliancista, a saber, o “posicionamento antiimperialista” e “ser contra o vigente sistema agrário - o sistema de plantação”, são, desta maneira, as diretrizes que nortearão seu pensamento político. Assim, é na superação do imperialismo - que exige a permanência do sistema agro-exportador - que Caio Prado vê a possibilidade do Brasil conquistar a sua autonomia. Eis suas palavras:

O primeiro passo para esta independência é a criação de um mercado interno. É a existência de um mercado interno que caracteriza um país economicamente autônomo [...] a criação de uma economia nacional e progressista só pode ser obtida com a transformação do regime agrário, isto é, pela abolição do sistema de fazendas e grandes propriedades e entrega das terras aos camponeses (in: Escrita e Ensaio, 1987, nº10: 127).

Com isto, o *sentido da colonização*, categoria desenvolvida de forma acabada no livro *Formação*, deriva, antes, de uma constatação e uma preocupação política nacionalista e protecionista do que de uma preocupação em descrever o “real”. Desta forma, “[...] transformá-lo em historiador da Colônia significa amputá-lo; implica retirar sua substância, qual seja, a de ser um autor preocupado com os destinos do país” (Mendes, 1997: 61).

Portanto, quando aceitamos a caracterização de colônia como produção voltada para o mercado externo, estamos, mesmo que sem saber, aderindo à ideologia que busca tornar o Brasil uma nação econômica e politicamente independente através da constituição do mercado interno. A obra de Caio Prado, como qualquer outra que tenha sido escrita para dar suporte ao engajamento político do autor, torna-se uma obra história somente à medida em que passamos a comungar do ideal político nela contido.

Enquanto a tarefa de demonstrar que os livros de Caio Prado Jr contém um projeto político nacionalista é mais difícil - porque ele pouco é avaliado por este critério e devido às suas intenções políticas “não estarem” sistematizadas -, em Oliveira Vianna este trabalho é mais fácil. Primeiro porque ele é encarado antes como ideólogo (do autoritarismo, do ruralismo, do arianismo etc.) do que como um cientista social. Em segundo lugar porque em suas obras o seu programa político

está bem delineado.

Populações Meridionais do Brasil, publicado em 1920, é, nas palavras do autor, um “[...] estudo sobre a formação social do povo brasileiro e a sua capacidade para a vida pública sob um regime de democracia representativa e federativa, de estilo anglo-saxônico” (Vianna, 1987: 252), que tem como objetivo

[...] verificar se, na mentalidade destes grupos, nos seus modos de comportar-se na vida política, preexistiam estas condições, que a ciência política considera *sine qua* para o perfeito funcionamento de uma democracia estruturada numa tríplice organização de governo: municipal, provincial e nacional (Ibid: 252).

Palavras estas bastante significativas para a compreensão das preocupações políticas de Oliveira Vianna que se encontram refletidas em suas obras. Isto porque nelas encontramos discutidos o tipo de regime político ideal para o país e à qual classe social cabe a tarefa de comandar a política brasileira.

A primeira problemática – se existe a possibilidade de vivermos sob um regime democrático representativo e federativo – evidencia, desta forma, o debate em torno da descentralização política operada na República Velha. Adepto do centralismo político, Oliveira empreende seu estudo, na verdade, para demonstrar que o povo brasileiro, de maneira geral, menos uma diminuta elite, não está pronto para este sistema. Prega, com isto, um governo forte, autoritário, capaz de conduzir a nação e apagar o sentimento localista e regionalista que impede a formação da consciência nacional.

Desta maneira, Oliveira Vianna se posiciona contra o caráter amplamente descentralizador do poder oligárquico. Defende, desde já, uma forte centralização e intervenção do Estado na condução da nação. Aliás, quando analisa, no livro *Populações Meridionais*, a legislação centralizadora de 1841, que permitiu a concentração do poder na capital imperial, esmagando de vez as pretensões regionalistas e garantindo a unidade nacional, Oliveira Vianna a considera “[...] tão admirável nos seus feitos para a ordem e a legalidade do país [...]” (Vianna, 1987: 208).

Para encontrar quem está mais apto a conduzir a política brasileira, Oliveira Vianna se vale da antropogeografia (Ratzel), da antroposociologia (Gobineu, Lapouge e Ammon) e da psicofisiologia (Ribots, Sergi, Lange), àquela altura já superadas. Com efeito, seu resultado aponta o matuto, “[...] cujos centros de formação principais são as regiões montanhosas do Estado do Rio, o grande maciço continental de Minas e os platôs agrícolas de São Paulo [...]” (Vianna, 1987: 16), como o portador da consciência nacional.

Cabe ressaltar, ainda, que o matuto capaz é apenas a aristocracia rural – da qual ele descende. Ela é o “[...] centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade [...]” (Ibid: 47), ou seja, a única capaz de desenvolver a consciência nacional. Já o povo-massa não passa de um agregado da “alta classe rural”, incapaz de sentimento tão alto. Deve, por isso, ser tutelado pelo Estado.

Assim, vemos que em *Populações Meridionais do Brasil* o elitismo e autoritarismo de Oliveira Vianna, enquanto projeto político para a modernização do Brasil, estão fundamentados. Quando passa a colaborar com Vargas, a partir de

1932, não faz mais do que pôr em prática sua visão – consolidada desde a década de 10 – sobre a organização político-social que, por conseguinte, corrobora sua visão elitista.

O outro livro de Oliveira Vianna, *Instituições Políticas Brasileiras*, editado em 1949 – dois anos antes de sua morte – é, em pelo menos um aspecto, bastante distinto de *Populações Meridionais do Brasil*. Trata-se do fato de suas explicações terem sido deslocadas do campo racial – que em certo sentido é a-histórico – para o da cultura (etnográfica, é verdade) – que é invariavelmente construída historicamente. Conserva, entretanto, sua preocupação central que é legitimar o seu projeto político autoritário e corporativo. Uma especificidade não pode ser esquecida. Este livro foi escrito durante e depois de sua permanência no governo de Getúlio Vargas. Carrega, portanto, o peso da experiência real de seus ideais políticos.

Desta maneira, o livro pode ser considerado um balanço ou uma justificativa de toda a política de Getúlio Vargas, principalmente do Estado Novo e, conseqüentemente, de sua atuação neste governo. Uma frase do autor, quando se refere aos temas tratados no livro, é sintomática para percebermos porque ele defende o autoritarismo como uma proposta política:

Toda a dramaticidade de nossa história política está no esforço improficuo das elites para obrigar o povo-massa a praticar este direito (público que está concretizado na constituição) por elas elaborado, mas que o povo-massa desconhece e a que se recusa obedecer (Ibid: 21).

Com isto, ou seja, entre o conflito da elite com o povo-massa, deve haver a intermediação do Estado para que, em última análise, o povo obedeça às Constituições elaboradas pela diminuta camada dirigente. Assim, para ele, “[...] os problemas de reformas de regime, convertem-se em problemas de mudança de comportamento coletivo, imposto ao povo-massa” (Ibid: 21).

Por mais paradoxal que possa ser, todo o autoritarismo de Oliveira Vianna deriva, sem dúvida, da sua idéia fixa de unificação do país. Sua luta, por assim dizer, é contra a tradição iniciada no período colonial em que o particular se sobrepõe ao coletivo, ou seja, o espírito de clã submete o espírito nacional, o localismo refuta o centralismo. Isto, para ele, impede a formação da nação, ou seja, “[...] chegamos à idéia de Nação; mas, não ao sentimento da Nação” (Ibid: 287).

Assim, para José Murilo de Carvalho, a “utopia de Oliveira Vianna” é a proposição do modelo da sociedade ibérica, pautada, que é, pela “[...] cooperação, na incorporação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário”, em contraponto “[...] à sociedade utilitária individualista, da política contratualística, do mercado como ordenador das relações econômicas [...]” (Carvalho, 1993: 13) da tradição anglo-saxônica.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide Rugai, MORAES, João Quartim (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da

Unicamp, 1993.

CHAVES NETO, Elias. *Minha Vida e as Lutas do meu Tempo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

IANNI, Otávio. Formas de pensamento. In: BASTOS, Elide Rugai, MORAES, João Quartim (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MADEIRA, Angélica, VELOSO, Mariza. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na Literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. O significado de Raízes do Brasil (prefácio) In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENDES, Claudinei M. M. Caio Prado Júnior e a História do Brasil. A colonização como produção para o mercado externo. In: *Ensaio Historiográficos*. Assis: Autores Associados, 1997.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MOREIRA LEITE, Dante. *O caráter nacional brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1969.

MOTA, Carlos G. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1977.

NOVAIS, Fernando A. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: ANTUNES, R., FERRANTE, V. B., MORAES, R. *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão nacional na Primeira República. In: COSTA, Wilma P. da, LORENZO, Carvalho de. (orgs.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

WEHLING, Arno. O estado colonial na obra de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide Rugai, MORAES, João Quartim (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.